



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

PUBLICADO: 27.500
d. 30 6/93, p. 15
do 2º caderno

RESOLUÇÃO Nº 3.228

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 1993,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 71, § 5º DA CONSTI -
TUIÇÃO ESTADUAL,

CONSIDERANDO A COMPETÊNCIA DESTA CORTE DE CONTAS, CON-
SOANTE DISPÕE O ARTIGO 25 DA LEI Nº 5.654, DE 23 DE JANEIRO DE 1991
(LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PA-
RÁ),

CONSIDERANDO QUE REFERIDA LEI DETERMINA, EM SEU ARTIGO
30, INCISO II, QUE AS PREFEITURAS, CÂMARAS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
INSTITUÍDAS E MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO DEVEM ENCAMINHAR A ESTE
TRIBUNAL ATÉ TRINTA (30) DIAS APÓS ENCERRADO O TRIMESTRE BALANCETES
TRIMESTRAIS E ATÉ 31 DE MARÇO DO ANO SUBSEQÜENTE AO EXERCÍCIO ENCR-
RADO O BALANÇO GERAL,

CONSIDERANDO QUE ESSÉS PRAZOS JÁ SE ENCERRARAM SEM QUE
VÁRIOS PREFEITOS, PRESIDENTES DE CÂMARAS E DIRIGENTES DE AUTARQUIAS
E FUNDAÇÕES TENHAM CUMPRIDO COM ESSA DETERMINAÇÃO LEGAL COM REFERÊN-
CIA ÀS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1989, 1990,
1991 E 1992,

CONSIDERANDO QUE A NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS PRAZOS LE-
GAIS IMPLICA EM DECLARAR OS ADMINISTRADORES MUNICIPAIS EM DÉBITO COM
O DEVER DE PRESTAR CONTAS DA CORRETA APLICAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO,

[Handwritten signatures]

-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 3.228

CONSIDERANDO QUE ESSES ADMINISTRADORES NÃO MAIS SE ENCONTRAM NO EXERCÍCIO DOS CARGOS, O QUE PODERÁ ACARRETAR IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS CONTAS QUE ESTÃO INCOMPLETAS,

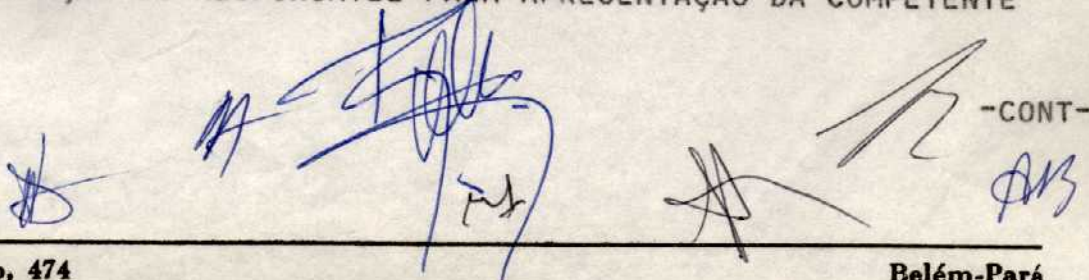
CONSIDERANDO QUE O EGRÉGIO PLENÁRIO DESTA CORTE, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 3.215 DETERMINOU O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1989, 1990 E 1991,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE NA SESSÃO DESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,

RESOLVE:

I - DETERMINAR AOS AUDITORES QUE ENCERREM A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DE PREFEITURAS, CÂMARAS E DE MAIS ÓRGÃOS MUNICIPAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1989, 1990, 1991 E 1992;

II - OS PROCESSOS A QUE SE REFERE O ITEM I DESTA RESOLUÇÃO QUE CONTIVEREM IRREGULARIDADES OU QUE ESTEJAM COM DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA, DEVERÃO SER ENCAMINHADOS À SECRETARIA-GERAL, QUE PROVIDENCIARÁ A CITAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA APRESENTAÇÃO DA COMPETENTE DEFESA;

 -CONT-
AMB



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-03-

RESOLUÇÃO Nº 3.228

III - APRESENTADA OU NÃO A DEFESA, OS PROCESSOS, APÓS A CITAÇÃO, RETORNARÃO AO AUDITOR, PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO, ENCAMINHANDO-SE, EM SEGUIDA, À AUDIÊNCIA DA PROCURADORIA;

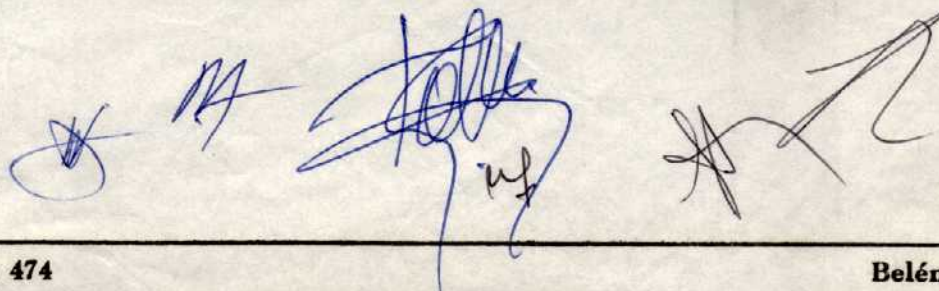

IV - QUALQUER QUE SEJA A SITUAÇÃO CONSTATADA, OS PROCESSOS A QUE SE REFERE ESTA RESOLUÇÃO SERÃO JULGADOS NO ESTADO DE FATO EM QUE SE ENCONTRAREM;

V - NO JULGAMENTO, AS CONTAS SUSCETÍVEIS DE APURAÇÃO COMO DÉBITO LÍQUIDO E CERTO SERÃO DEVIDAMENTE QUANTIFICADAS E A DECISÃO DETERMINARÁ AOS ATUAIS PREFEITOS MUNICIPAIS QUE PROMOVAM A INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO PARA COBRANÇA MEDIANTE EXECUTIVO FISCAL, NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS;

VI - AS CONTAS NÃO SUSCETÍVEIS DE QUANTIFICAÇÃO SERÃO CONSIDERADAS EM VALORES ILÍQUIDOS, DETERMINANDO-SE AOS ATUAIS PREFEITOS QUE PROPONHAM CONTRA OS RESPONSÁVEIS, NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, OS COMPETENTES PROCEDIMENTOS JUDICIAIS PARA ESTABELECEER A RESPECTIVA LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA, COMO DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO;

VII - A FALTA DE INICIATIVA DOS ATUAIS PREFEITOS NO PRAZO FIXADO PELO TRIBUNAL, IMPLICARÁ EM SOLIDARIEDADE CIVIL NA DÍVIDA, ALÉM DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAL PELA FALTA DE EXAÇÃO;

VIII - COMUNICAR ESTA DECISÃO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA AS PROVIDÊNCIAS DE SUAS ALÇADAS;

 -CONT- 




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

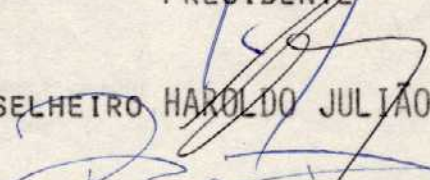
-04-

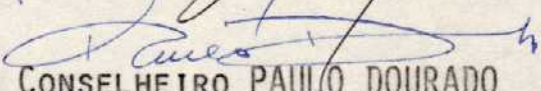
RESOLUÇÃO Nº 3.228


IX - ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NESTA DATA, REVOGANDO-SE A RESOLUÇÃO Nº 3.215, DE 15 DE JUNHO DE 1993.

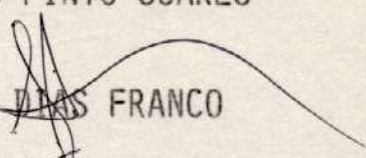
SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 29 DE JUNHO DE 1993.

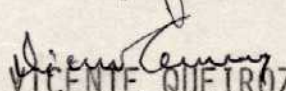

CONSELHEIRO YRAWALDYR ROCHA
PRESIDENTE

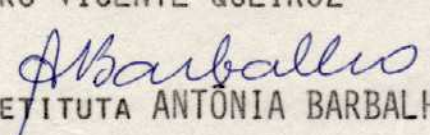

CONSELHEIRO HAROLDO JULIAO DA GAMA


CONSELHEIRO PAULO DOURADO


CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES


CONSELHEIRO LAÉRCIO DOS FRANCO


CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ


CONSELHEIRA SUBSTITUTA ANTONIA BARBALHO

FOI PRESENTE: PROCURADOR-GERAL EXPEDITO RIBEIRO